

RELATÓRIO DE CABO VERDE SOBRE DIREITOS HUMANOS 2018

SUMÁRIO EXECUTIVO

A República de Cabo Verde é uma república democrática representativa parlamentar, em grande parte baseada no sistema português. Os poderes constitucionais são compartilhados entre o chefe de Estado, o presidente Jorge Carlos Fonseca, e o chefe de governo, o primeiro-ministro Ulisses Correia e Silva. O Supremo Tribunal de Justiça, a Comissão Nacional de Eleições e os observadores internacionais declararam as eleições legislativas, presidenciais e autárquicas de 2016 em todo o país geralmente livres e justas.

As autoridades civis de um modo geral mantiveram controle efetivo sobre as forças de segurança.

As questões de direitos humanos incluíram condições severas e potencialmente fatais nas prisões; e incapacidade de proteger as crianças da violência e do trabalho em condições precárias.

O governo tomou medidas para investigar e processar funcionários que cometeram abusos dos direitos humanos. A impunidade ocorreu em alguns casos.

Seção 1. Respeito pela Integridade da Pessoa Humana, Incluindo Ausência de:

a. Privação Arbitrária da Vida e Outros Assassinatos Ilegais ou Politicamente Motivados

Não houve relatos de que o governo ou os seus agentes tenham cometido assassinatos arbitrários ou ilegais.

b. Desaparecimento

Não houve relatos de desaparecimentos por ou em nome de autoridades governamentais.

c. Tortura e Outros Tratamentos ou Punições Cruéis, Desumanos ou Degradantes

A constituição e a lei proíbem tais práticas. A mídia, no entanto, relatou casos de violência física. Os tipos mais comuns de abusos foram força excessiva e agressão contra pessoas presas e detidas pela polícia e contra presos por agentes prisionais. Na maioria dos casos, o Conselho Nacional da Polícia tomou medidas contra os abusadores. A Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania (CNDHC) contactou a Polícia Nacional quando recebeu informações sobre abusos cometidos por agentes policiais. No primeiro trimestre de 2017, foram registrados 23 casos de abuso, um aumento significativo sobre os primeiros oito meses de 2016.

Os presos reclamaram de tratamento ou punição cruel, desumano ou degradante. Em todas as prisões, as autoridades isolaram os recém-chegados em celas pequenas e apertadas até 30 dias. Este isolamento tinha como objectivos permitir que os reclusos se adaptassem e determinar se os mesmos tinham doenças transmissíveis. Os reclusos, em isolamento, tinham acesso limitado a visitantes e a atividades prisionais. As celas de isolamento eram pequenas, escuras, não bem ventiladas, sem mobília e lotadas. Celas semelhantes foram usadas para punição. Além disso, os reclusos queixaram-se de condições desumanas resultantes de infraestruturas precárias, em particular da falta de saneamento.

Condições nas Prisões e Centros de Detenção

As condições nas prisões foram severas pondo em causa a vida humana e potencialmente fatais devido à superlotação, alojamento inadequado e condições de saúde e de saneamento inadequadas.

Condições Físicas: havia cinco cadeias no país; três das cinco tinham populações que excediam

CABO VERDE

substancialmente a capacidade (indicadas entre parênteses). A Cadeia Central da Praia (CCP) contava com 1.054 reclusos (880), a Cadeia Central de São Vicente 263 (180) e as cadeias regionais de Santo Antão 26 (50), Sal 143 (250) e Fogo 63 (50). O Centro Orlando Pantera abrigou detidos que tinham menos de 16 anos no momento da sentença. A cadeia regional do Fogo não tinha muros externos, embora a Direcção-Geral dos Sistemas Prisionais tenha iniciado um projecto de infra-estruturação de grande escala na cadeia do Fogo para incluir muros externos. Muros externos foram adicionadas à cadeia do Sal durante o ano. Várias das cadeias não tinham eletricidade confiável. A cadeia regional do Sal não tinha acesso a uma rede elétrica ou a água canalizada; usava um gerador à noite e a água era trazida em camiões. A cozinha da cadeia foi concluída durante o ano, mas as forças armadas continuaram a preparar e distribuir alimentos para os presos. As celas de isolamento nas cadeias mais antigas, especificamente as do Fogo e Santo Antão, eram apertadas, estavam lotadas, sem mobília, sem instalações sanitárias (sanitas, lavatórios e chuveiros e drenagem adequada) e não tinham luz natural porque as suas janelas estavam bloqueadas com tijolos. Em setembro, a ministra da Justiça e do Trabalho suspendeu a prática de colocar todos os recém-chegados nas cadeias em celas solitárias por um período de adaptação de 30 dias, porque a prática não era consistente com a presunção de inocência até prova em contrário.

De janeiro a agosto de 2017, foram registradas três mortes nas cadeias.

Os presos também reclamaram de saneamento, ventilação, iluminação e aquecimento inadequados. Nem todos os presos tinham colchões e camas; alguns dormiam em cobertores finos em pisos de concreto. Os chuveiros e as sanitas eram inadequadas e insalubres; no entanto, os diretores prisionais forneciam kits de higiene pessoal e priorizaram melhorias nos chuveiros e sanitas. Havia água parada nas áreas da sanitas e dos chuveiros. As condições em geral eram inadequadas para os reclusos com deficiências mentais ou vícios em substâncias químicas. Havia poucos guardas prisionais para lidar com o crescente número desses presos. As condições eram marcadamente melhores para as mulheres presas, que geralmente tinham significativamente mais espaço e melhores condições sanitárias do que os presos do sexo masculino.

CABO VERDE

Na CCP e na cadeia central de São Vicente, os presos eram separados por tipo de julgamento, sexo e idade, mas nas cadeias regionais a falta de instalações impediu as autoridades de separar os presos. Na cadeia regional do Fogo, todas as 11 celas e as celas de isolamento abrigavam jovens e adultos juntos. Na cadeia regional de Santo Antão, os presos eram separados de acordo com o tipo de julgamento e o crime.

A maioria dos presos recebia comida adequada e água limpa três vezes por dia, embora os presos na CCP se queixassem de que o novo diretor restringia a comida de fora que era trazida para complementar a comida da prisão.

Administração: Não houve um provedor de justiça para responder às reclamações, mas as reclamações dos presos chegavam à CNDHC através de visitas regulares da CNDHC às cadeias, comunicação escrita dos presos, redes sociais e telefonemas dos presos para a CNDHC. Os familiares dos presos também apresentaram queixas à CNDHC, e os agentes prisionais afirmaram que todas haviam sido investigadas e refutadas ou corrigidas. Até o momento, a CNDHC recebeu três reclamações. Os agentes prisionais foram insuficientes em número e não receberam apoio adequado para realizar o seu trabalho. Alguns reclamaram da necessidade de apoio psicológico por causa do estresse físico e emocional do seu trabalho.

Os diretores das cadeias do Fogo e da CCP afirmaram que atividades religiosas eram permitidas para todos os grupos religiosos. O diretor da CCP referiu que durante o ano foram agendadas visitas religiosas regulares para os muçulmanos. Na cadeia regional de São Vicente, o diretor afirmou que os serviços religiosos muçulmanos às vezes aconteciam fora do horário normal de trabalho da cadeia para grande parte do pessoal, o que complicou a capacidade da cadeia em acomodá-los.

Monitorização Independente: O governo permitiu visitas formais por parte de monitores internacionais de direitos humanos às cadeias e a presos individuais. As organizações não-

governamentais locais e membros da imprensa fizeram visitas frequentes às cadeias para registrar as condições.

Melhorias: O acesso à educação dentro do sistema prisional melhorou, resultando em uma taxa de conclusão de 100% do ensino básico (equivalente) na cadeia da Praia e ótimos resultados nas outras cadeias. Os serviços prisionais promoveram essa política de integração social conjuntamente com o Ministério da Educação.

d. Prisão ou Detenção Arbitrária

A constituição e a lei proíbem a prisão e a detenção arbitrárias e estabelecem o direito de qualquer pessoa de contestar judicialmente a legalidade da sua prisão ou detenção, e o governo de uma forma geral cumpriu esses requisitos.

O Papel da Polícia e Forças de Segurança

A Polícia Nacional, sob o controle do Ministério da Administração Interna, é responsável pela aplicação da lei. A Polícia Judiciária, sob a tutela do Ministério da Justiça, é responsável pelas principais investigações. As forças armadas, sob tutela do Ministério da Defesa, são responsáveis por proteger o território nacional e a soberania do país. Restrições logísticas, incluindo a escassez de veículos e equipamentos de comunicação, e fraca capacidade forense limitaram a eficácia da polícia.

As autoridades civis mantiveram o controle efetivo sobre as forças armadas e a polícia (incluindo a Guarda Costeira, a Guarda Nacional, a Polícia Nacional e a Polícia Judiciária), e o governo tinha mecanismos mais ou menos eficazes para investigar e punir o abuso e a corrupção.

Não houve relatos de impunidade envolvendo as forças de segurança durante o ano.

As autoridades investigaram os abusos cometidos pela polícia e a maioria das investigações

CABO VERDE

resultou em ações legais contra os responsáveis ou o arquivamento dos processos. No primeiro trimestre de 2017, o Conselho Nacional da Polícia recebeu 23 denúncias de violência policial; a maioria dos casos dizia respeito a abuso físico. O Conselho Disciplinar da Polícia Nacional analisou os casos.

Procedimentos de Detenção e Tratamento de Detidos

A Polícia Nacional não pode efetuar detenções sem um mandado emitido pela Procuradoria, a menos que a polícia prenda a pessoa em flagrante delito. Nem a Polícia Nacional nem a Polícia Judiciária têm autoridade para realizar investigações, a menos que mandatadas pela Procuradoria. Mesmo que haja provas incriminatórias, os suspeitos não são presos até que seja tomada uma decisão pela Procuradoria. A lei estipula que um suspeito deve ser levado perante um juiz dentro de 48 horas após a detenção. Na maioria dos casos, no entanto, os detidos esperaram mais tempo. A CNDHC informou que os detidos em prisão preventiva em ilhas sem cadeias esperavam em esquadras policiais até que pudessem ser transferidos para as ilhas com cadeias. Em pelo menos um caso, um detido em prisão preventiva esperou quatro meses numa esquadra policial na Boa Vista para transporte (disponibilidade de bilhetes e escolta). A lei concede ao detido o direito de solicitar a determinação judicial da legalidade da sua detenção, e as autoridades respeitaram esse direito. Os advogados informaram aos detidos das acusações contra os próprios. Existe um sistema funcional de fiança. As autoridades permitiram que os detidos solicitassem acesso imediato a familiares e a um advogado de sua escolha, caso o detido pudesse pagar. Para um detido ou família incapaz de pagar, a Ordem dos Advogados de Cabo Verde nomeia um advogado.

O sistema judicial estava sobrecarregado e com falta de pessoal, e processos criminais frequentemente terminavam quando as acusações eram retiradas antes que uma determinação de culpa ou inocência fosse feita.

Prisão Preventiva: O diretor da CCP observou que, se os detidos permanecessem seis meses na

prisão sem qualquer progresso judicial, seriam libertados de acordo com a lei. A 30 de setembro, havia 491 pessoas em prisão preventiva.

e. Recusa de Julgamento Público Justo

A lei prevê uma magistratura independente, e o governo de uma forma geral respeitou a independência e a imparcialidade judicial. O sistema judicial, no entanto, foi lento porque esteve sobrecarregado pelo número de processos, carecendo de pessoal suficiente e sendo ineficiente.

Existe um tribunal militar que, por lei, não pode julgar civis. O tribunal militar fornece as mesmas proteções que os tribunais criminais civis.

Procedimentos Penais

A constituição e a lei prevêem o direito a um julgamento justo e público, e a magistratura independente geralmente aplicou esse direito. Os arguidos criminais gozam do direito à presunção de inocência. Estes têm o direito de serem informados prontamente e detalhadamente das acusações, com interpretação gratuita conforme necessário, a partir do momento em que são acusados e durante todos os recursos. A lei prevê o direito a um julgamento justo e público, sem júris, sem atrasos injustificados, mas os processos continuavam por muitos anos. Os arguidos têm o direito de estar presentes no seu julgamento e consultar um advogado em tempo útil. Um advogado é disponibilizado gratuitamente para os indigentes em todos os tipos de processos. Os arguidos têm tempo e instalações adequados para preparar uma defesa. Os arguidos têm o direito de confrontar ou questionar testemunhas contra eles e de apresentar testemunhas e provas em sua defesa, o direito de não serem obrigados a testemunhar ou confessar culpa e o direito de recorrer das decisões dos tribunais regionais ao Supremo Tribunal de Justiça (STJ). A lei estende os direitos acima referidos a todos os cidadãos.

Presos e Detidos Políticos

Não houve relatos de presos ou detidos políticos.

Processos Cíveis e Reparações

Os tribunais são imparciais e independentes e lidam com questões cíveis incluindo ações judiciais que buscam indenização por danos ou uma ordem judicial que ordene a cessação de uma violação dos direitos humanos. Indivíduos e organizações podem recorrer de decisões internas adversas a órgãos regionais de direitos humanos. Ambos os recursos administrativos e judiciais estão disponíveis, embora os recursos administrativos sejam raros.

f. Interferência Arbitrária ou Ilegal em Privacidade, Família, Lar ou Correspondência

A constituição e a lei proíbem tais ações, e não houve relatos de que o governo não tenha respeitado essas proibições.

Seção 2. Respeito pelas Liberdades Cíveis, Incluindo:

a. Liberdade de Expressão, Incluindo de Imprensa

A constituição e a lei prevêm liberdade de expressão, inclusive para a imprensa, e o governo de uma forma geral respeitou esse direito. Uma imprensa independente, uma magistratura eficaz e um sistema político democrático funcional contribuíram para promover a liberdade de expressão, inclusive para a imprensa.

Censura ou Restrições de Conteúdo: Os jornalistas praticaram autocensura limitada, aparentemente em grande parte devido ao seu desejo de eventualmente trabalhar para a mídia do setor público.

Liberdade na Internet

O governo não restringiu ou interrompeu o acesso à internet nem censurou o conteúdo on-line, e não houve relatos confiáveis em que o governo monitorizou as comunicações on-line privadas sem a devida autoridade legal.

Segundo a União Internacional de Telecomunicações, 57% da população utilizou a internet em 2017.

Liberdade Acadêmica e Eventos Culturais

Não houve restrições do governo à liberdade acadêmica ou a eventos culturais.

b. Liberdade de Reunião Pacífica e Associação

A constituição e a lei prevêm a liberdade de reunião e associação pacíficas, e o governo de uma forma geral respeitou esses direitos.

c. Liberdade Religiosa

Ver o Relatório sobre a *Liberdade Religiosa Internacional* do Departamento de Estado em www.state.gov/religiousfreedomreport/.

d. Liberdade de Circulação

A lei prevê a liberdade de circulação interna, viagens ao exterior, emigração e repatriação, e o governo de uma forma geral respeitou esses direitos.

CABO VERDE

O governo cooperou com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e outras organizações humanitárias no fornecimento de proteção e assistência a deslocados internos, refugiados, refugiados retornados, pessoas em busca de asilo, apátridas ou outras pessoas de interesse. O governo ratificou, mas nunca implementou o Protocolo das Nações Unidas de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados, e nenhuma autoridade central administra os pouquíssimos casos de refugiados e requerentes de asilo. O governo não tem uma política para lidar com refugiados ou requerentes de asilo, e não há coordenação entre diferentes agências para compartilhar informações sobre se o apoio foi solicitado. O país trabalha com a Organização Internacional para as Migrações (OIM) quando os cidadãos estrangeiros solicitam o repatriamento.

Proteção dos Refugiados

Acesso ao Asilo: A lei não prevê a concessão de asilo ou estatuto de refugiado, e o governo não estabeleceu um sistema para fornecer proteção aos refugiados. O país ainda não estabeleceu uma legislação ou um órgão institucional para conceder asilo ou estatuto de refugiado. Embora pouquíssimos pedidos de asilo tenham sido registados (o ACNUR registou apenas dois casos em 2011 e 2012 e nenhum desde então), o número real de requerentes de asilo era desconhecido, uma vez que não existe nenhum procedimento sistemático para registar e processar pedidos de refúgio. Como o ACNUR não tem uma presença estabelecida no país, os requerentes de asilo que solicitam proteção e assistência são encaminhados pela OIM à representação regional do ACNUR para a África Ocidental, em Dakar, Senegal, que procede às determinações do estatuto de refugiado. Existem mecanismos de proteção temporária e acesso a serviços básicos para os requerentes de asilo enquanto aguardam por uma decisão.

Seção 3. Liberdade para Participar no Processo Político

A Constituição concede aos cidadãos a possibilidade de escolher o seu governo em eleições

CABO VERDE

periódicas, livres e justas, realizadas por voto secreto e com base no sufrágio universal e igualitário.

Qualquer estrangeiro residente no país por mais de três anos pode votar nas eleições autárquicas. Qualquer cidadão de um país membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – que inclui Angola, Brasil, Guiné Equatorial, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e Timor-Leste – pode votar nas eleições autárquicas, independentemente de quanto tempo eles já residiram em Cabo Verde. Apenas os cidadãos, incluindo os que vivem fora do país, podem votar nas eleições legislativas e presidenciais.

Eleições e Participação Política

Eleições Recentes: Nas eleições legislativas de 2016, os indivíduos e partidos eram livres para declarar as suas candidaturas e candidatos para um total de 72 deputados. O principal partido da oposição, o Movimento para a Democracia (MpD), elegeu 40 deputados na Assembleia Nacional com aproximadamente 53% dos votos, retornando o partido ao poder pela primeira vez em 15 anos. O antigo partido do governo, o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV), elegeu 29 deputados com 37 por cento, e a União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID) elegeu os restantes três deputados com 6 por cento dos votos. Observadores internacionais caracterizaram essas eleições de uma forma geral como livres e justas.

As eleições presidenciais mais recentes ocorreram em 2016. Jorge Carlos Fonseca, o candidato que contou com o apoio do MpD, venceu as eleições com aproximadamente 74 por cento dos votos.

Os observadores eleitorais da União Africana e da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) caracterizaram estas eleições como livres, transparentes e credíveis. No entanto, os observadores notaram algumas irregularidades, incluindo eleitores sendo

pressionados perto das assembleias de voto para votar em certos candidatos e alegações de compra de votos.

Participação de Mulheres e Minorias: Nenhuma lei limita a participação de mulheres ou membros de minorias e estes participaram. A participação das mulheres caiu em posições dentro do governo central, mas permaneceu relativamente alta no STJ e, principalmente, em cargos do Ministério Público. A nível local, nas associações comunitárias e câmaras municipais, as mulheres tinham menos representação que os homens. As mulheres ocupavam 17 dos 72 lugares na Assembléia Nacional e ocupavam três dos 11 cargos de nível ministerial nos ministérios do governo. As mulheres ocupavam três dos oito lugares no STJ, incluindo a presidência.

Seção 4. Corrupção e Falta de Transparência no Governo

A lei prevê penas de até 15 anos de prisão por condenação de corrupção por parte de representantes do governo, e o governo implementou a lei de forma eficaz. Funcionários às vezes se envolveram em práticas corruptas com impunidade, principalmente a nível das autarquias, embora não houvesse novos relatos de corrupção do governo durante o ano.

Corrupção: Pesquisas divulgadas pela Transparency International em 2015, com dados do Afrobarometer, indicaram que menos de 25% dos entrevistados acreditavam que a maioria ou todos os representantes do governo eram corruptos. Por outro lado, 61 por cento responderam que o governo estava a fazer um mau trabalho na luta contra a corrupção. Apenas 2% dos utentes de serviços públicos responderam que pagaram um suborno nos 12 meses anteriores à pesquisa, e nenhum respondeu que subornou um membro da Polícia Nacional.

Divulgação de Informação Financeira: A lei estabelece parâmetros para que os representantes do governo apresentem declarações de interesse, rendimento e património familiar, e regula a discussão pública destas informações. As respetivas declarações devem incluir qualquer ativo com valor superior a 500 mil escudos (US \$ 5.380). Por lei, a falta de apresentação de uma

declaração é punível com a remoção do cargo. O STJ deve aprovar a divulgação pública das declarações. Quando envolvidos em processos criminais de suposta corrupção, os detentores de cargos públicos devem declarar ou provar a fonte do seu rendimento ou património. O STJ está encarregado de monitorizar a lei e impor a conformidade, mas a aplicação foi fraca.

Fontes noticiosas relataram no início do ano que um grande número de figuras públicas constitucionalmente obrigadas a apresentar informações de divulgação não o fizeram. Embora as leis sobre a apresentação dessas informações sejam claras, a implementação e as consequências pela não apresentação podem não ser suficientes.

Seção 5. Atitude Governamental Relativa à Investigação Internacional e Não-Governamental de Alegados Abusos de Direitos Humanos

Diversos grupos nacionais e internacionais de direitos humanos operavam de uma forma geral sem restrições do governo, investigando e publicando as suas conclusões sobre casos de direitos humanos. Os representantes do governo foram em parte cooperativos e recetivos às suas opiniões.

Órgãos Governamentais de Direitos Humanos: A CNDHC trabalhou para proteger, promover e reforçar os direitos humanos, a cidadania e o direito internacional humanitário no país. Trabalhou em todas as nove ilhas habitadas com uma rede variada de organizações. A CNDHC, apesar de independente, não tinha pessoal nem fundos suficientes.

Seção 6. Discriminação, Abusos Sociais e Tráfico de Pessoas

Mulheres

Violação e Violência Doméstica: A violação de homens e mulheres é um crime punível com penas de oito a 16 anos, e a violência doméstica é punível com um a cinco anos de prisão. A

CABO VERDE

violação conjugal é implicitamente abrangida pela lei de violência baseada no género; as penas por condenação variam de um a cinco anos de prisão. A lei se concentra no aumento da proteção das vítimas, no fortalecimento das penas para infratores condenados e na sensibilização sobre a violência baseada no género. A lei prevê o estabelecimento de vários centros de atendimento, com autonomia financeira e administrativa, mas a implementação demorou-se devido a recursos humanos e financeiros inadequados. A violência e a discriminação contra as mulheres continuaram sendo problemas significativos.

Durante o ano, vários casos de feminicídio abalaram o país, incluindo um caso que aconteceu no mês de agosto, em Santo Antão, em que um homem de 34 anos matou a sua namorada de 19 anos. O casal tinha um filho de quatro anos, indicando que a relação começou antes que ela atingisse a idade de consentimento de 16 anos.

A Polícia Nacional acompanhou as vítimas de violência sexual e violência baseada no género ao hospital e as escoltou até as suas casas para recolher os seus pertences. Os agentes da polícia ajudaram as vítimas a dirigir-se para um local onde acreditavam que estariam seguras (muitas vezes, a casa de um familiar; havia apenas dois abrigos oficiais, na Praia e no Tarrafal de Santiago). As organizações de direitos das vítimas afirmaram que os agentes da polícia às vezes não apoiavam totalmente ou eram insensíveis aos problemas enfrentados pelas vítimas. Muitas vezes as vítimas retornaram aos seus agressores devido a pressões económicas e sociais. Em fevereiro, no Fogo, um homem de 31 anos matou a sua namorada de 21 anos e depois se suicidou; houve pelo menos três casos de homicídio-suicídio semelhantes no Fogo durante o ano.

O governo aplicou a lei contra a violação e a violência doméstica com certa eficácia. Fontes não-governamentais lamentaram a falta de assistência social e psicológica tanto a agressores quanto para os sobreviventes. O Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG) em coordenação com a Procuradoria Geral da República almejavam esforços para que todos os processos de violência sexual e doméstica fossem ouvidos no prazo de 180 dias após a

CABO VERDE

acusação e reduzir o número de agressores que ficam com as suas vítimas enquanto aguardam julgamento.

Assédio Sexual: O código penal criminaliza o assédio sexual. As penas para condenação incluem até um ano de prisão e uma multa de até dois anos do salário do agressor. Embora as autoridades de uma forma geral aplicassem a lei, o assédio sexual era comum e amplamente aceite culturalmente.

Coerção no Controle da População: Não houve casos de aborto coercitivo ou esterilização involuntária.

Discriminação: A lei prevê o mesmo estatuto e direitos legais para mulheres e homens, e o governo aplicou a lei em parte. As normas e tradições culturais, no entanto, impõem papéis pré-definidos em função do género que dificultaram a erradicação da discriminação baseada no género.

As mulheres sofreram discriminação em igualdade de remuneração por trabalho igual. As mulheres frequentemente trabalhavam em empregos informais e não tinham acesso à previdência social. O ICIEG lançou uma campanha com os trabalhadores domésticos para pressionar pela inclusão no sistema de segurança social do país. As mulheres, especialmente as trabalhadoras pobres, tinham dificuldades em manter a sua independência profissional quando tinham filhos. Os pais muitas vezes não estiveram presentes na família nuclear. Além disso, quando as meninas engravidavam enquanto ainda estavam na escola, as mesmas quase sempre desistiam e não terminavam os seus estudos.

Crianças

Registo de Nascimento: A cidadania é derivada dos pais ou avós ou por nascimento no país se os pais forem residentes legais por cinco anos. Quando não estiverem reunidas essas condições e a

CABO VERDE

criança não receber a cidadania do país de pelo menos um dos seus pais, os pais precisarão arranjar um advogado para pedir uma exceção. O registo de nascimento não foi negado ou fornecido de forma discriminatória. A falta de registo de nascimento não resultou em negação de serviços públicos. Para informações adicionais, consulte o Apêndice C.

Educação: O governo providenciou educação gratuita e universal para todas as crianças até o oitavo ano. A educação é obrigatória até aos 15 anos. O ensino secundário é gratuito apenas para crianças cujo rendimento anual das famílias seja inferior a 147.000 escudos (1.580 dólares). A educação é gratuita da pré-escola ao ensino superior para crianças com deficiências tanto nas escolas públicas como nas privadas. O governo subsidia as taxas de jardim de infância através dos municípios.

Abuso Infantil: As leis proíbem a violência física, psicológica e moral contra as crianças, incluindo a violência sexual, mas estes permaneceram problemas. As penas por abuso infantil incluem de dois a oito anos de prisão por abuso sexual de uma criança menor de 14 anos, aumentando de cinco para 12 anos se o abuso incluir penetração. Aqueles considerados culpados da prática de sexo transacional com um menor de 18 anos enfrentaram de dois a oito anos de prisão, quatro a 12 anos se o sexo envolver a penetração. O governo tentou combater o abuso sexual através de uma rede nacional que incluía o Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA), várias forças policiais, a Procuradoria Geral da República, hospitais, organizações da sociedade civil local e centros de saúde. O governo tentou reduzir o abuso sexual e a violência contra crianças por meio de diversos programas, tais como Disque uma Reclamação, o Programa de Emergência Infantil, o Projeto Nossa Casa, Centros de Acolhimento de Crianças de Rua, o Projeto Espaço Seguro e o Projeto Família Substituta. Os serviços do ICCA, no entanto, não estavam permanentemente presentes em todas as ilhas, e os funcionários do ICCA enfrentaram dificuldades em atender às necessidades das populações locais.

A legislação aprovada em 2015, permitindo que qualquer pessoa que tenha conhecimento de violência sexual contra uma criança menor de 14 anos de idade possa denunciar o crime,

CABO VERDE

começou a enraizar-se, e as queixas aumentaram durante o ano, principalmente na ilha turística do Sal, embora a maioria dos casos não tenha envolvido turistas. Uma série de casos altamente públicos, nos quais os supostos agressores foram libertados sob fiança, provocou críticas cada vez mais duras do público. O ICCA cuidou das crianças vítimas, mas os agressores e supostos agressores não receberam nenhuma intervenção ou cuidado enquanto aguardavam julgamento ou enquanto estavam na prisão. Os casos de abuso infantil podem durar anos no processo judicial, muitas vezes deixando as crianças vítimas nas mesmas casas que os seus agressores.

Casamento Precoce e Forçado: A idade mínima legal para o casamento é de 18 anos. Para informações adicionais, consulte o Apêndice C.

Exploração Sexual de Crianças: A lei pune aqueles que fomentem, promovam ou facilitem a “prostituição” ou exploração sexual de menores de 16 anos com pena se condenados de quatro a dez anos de prisão. Se a vítima tiver 17 ou 18 anos, a pena é de dois a seis anos de prisão, o que é incompatível com a lei internacional sobre o tráfico de pessoas. A lei pune aqueles que induzam, transportem ou forneçam moradia ou criem as condições para exploração sexual e exploração sexual comercial de crianças menores de 16 anos em um país estrangeiro com pena se condenados de cinco a 12 anos de prisão. Se a vítima tiver 17 ou 18 anos, a pena por condenação é de dois a oito anos de prisão. A lei proíbe o uso de menores de 18 anos em pornografia, com penas por condenação de até três anos de prisão. A idade mínima legal para o sexo consensual é de 16 anos. As relações sexuais com uma criança menor de 14 anos são consideradas crimes públicos e invocam denúncias obrigatórias por qualquer pessoa que tenha conhecimento do crime. Entre os 14 e os 16 anos, as relações sexuais são um crime semi-público e podem ser denunciadas por qualquer parte envolvida (o menor, os pais ou responsáveis pelo menor). Casos de abuso sexual foram amplamente registrados em todo o país. Os supostos agressores muitas vezes foram libertados da prisão aguardando julgamento. Houve inúmeros casos não confirmados de turistas envolvidos em sexo transacional com menores e menores envolvidos em prostituição por dinheiro ou drogas.

CABO VERDE

O governo também continuou os esforços para impedir a exploração sexual de crianças por meio de uma comissão nacional de coordenação e o desenvolvimento de um código de ética para o setor do turismo. Em julho, o Ministério da Justiça e do Trabalho empossou membros de seu Observatório para Acompanhamento e Identificação Rápida do Tráfico de Pessoas, que inclui inúmeras agências governamentais e teve um papel fundamental na coordenação de respostas à exploração sexual infantil.

Raptos Internacionais de Crianças: O país não é parte da Convenção de Haia de 1980 sobre os Aspectos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças. Consulte o *Relatório Anual sobre o Rapto Infantil Parental Internacional* do Departamento de Estado em <https://travel.state.gov/content/travel/en/International-Parental-Child-Abduction/for-providers/legal-reports-and-data.html>.

Anti-Semitismo

A comunidade judaica era muito pouco expressiva e não houve casos de atos anti-semitas.

Tráfico de Pessoas

Consulte o *Relatório sobre o Tráfico de Pessoas* do Departamento de Estado em www.state.gov/j/tip/rls/tiprpt.

Pessoas com Deficiências

A lei proíbe a discriminação contra pessoas com deficiência, e o governo de uma forma geral aplicou essas disposições, embora persistam problemas em várias áreas. Por exemplo, muitas vezes havia problemas relacionados com a acessibilidade física, os meios de comunicação e o transporte público apropriado para pessoas com deficiência. O governo trabalhou com

CABO VERDE

organizações da sociedade civil para implementar programas de acesso a usuários de cadeira de rodas, incluindo a construção de rampas para melhorar o acesso a transportes e edifícios.

De acordo com o Ministério da Família e Inclusão Social, o ministério matriculou e subsidiou crianças e jovens com necessidades educacionais especiais no ensino primário, secundário e superior. Pessoas com deficiências intelectuais ou mentais, conforme determinação do Ministério da Saúde, não estão autorizadas a votar, de acordo com a Comissão Nacional de Eleições, se for considerado que não têm capacidade mental para exercer esse direito. Crimes contra pessoas com deficiência foram investigados e processados quando denunciados.

Muitas crianças vítimas de abuso sexual eram pessoas com deficiências mentais. A polícia investigou os seus casos com o mesmo cuidado que eles usaram em outros casos.

O governo possui um sistema de cotas para concessão de bolsas de estudo e benefícios fiscais a empresas que empregam pessoas com deficiência. As organizações não-governamentais reconheceram essas medidas como parcialmente eficazes para uma melhor integração desses cidadãos na sociedade, mas também destacaram o não-cumprimento e regulamentos inadequados como sendo obstáculos.

A Televisão de Cabo Verde, através de uma parceria com a CNDHC, o Handicap International e a Federação Cabo-verdiana de Associações de Pessoas com Deficiência, incluiu no noticiário noturno um intérprete de linguagem gestual para pessoas surdas capazes de utilizar esta linguagem.

A lei estipula que uma cota de 5% das bolsas de estudo seja destinada a pessoas com deficiência, mas essa cota não foi alcançada.

Atos de Violência, Discriminação e Outros Abusos Baseados na Orientação Sexual e Identidade de Gênero

Existem leis antidiscriminatórias e os empregadores estaduais não podem discriminar com base na orientação sexual, situação familiar, hábitos e vestuário, estado de saúde, ou filiação ou não filiação em qualquer organização. As leis proíbem a discriminação na prestação de um bem ou serviço, no exercício de atividades económicas normais e no emprego. O governo de uma forma geral aplicou essas leis; as penas para a discriminação eram de até dois anos de prisão ou uma multa equivalente a 100 a 300 dias de salário. As leis não proíbem condutas sexuais entre pessoas do mesmo sexo entre adultos. A discriminação persistente existia como norma para a comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e intersexuais (LGBTI) e geralmente assumia a forma de escárnio público e discriminação baseada na aparência.

Durante o ano, o país aderiu à Equal Rights Coalition (ERC, Coalizão de Direitos Iguais). A diretora do ICIEG participou da reunião ministerial da ERC em Vancouver e concordou que o país poderia usar a sua plataforma dentro da CPLP para promover os direitos humanos LGBTI.

Seção 7. Direitos do Trabalhador

a. Liberdade de Associação e Direito à Negociação Coletiva

A lei prevê os direitos dos trabalhadores de formar ou aderir a sindicatos de sua escolha, de se envolver em negociações coletivas e de realizar greves legais. O código laboral prevê proteção contra a discriminação contra sindicatos e a reintegração de trabalhadores. Embora a aplicação do governo em geral tenha sido eficaz, os processos podem prolongar-se por anos, com mais demora para interposição de recursos. A Direcção-Geral do Trabalho (DGT) tem um mecanismo de conciliação para promover o diálogo entre trabalhadores e entidades patronais sobre as condições de trabalho.

O código laboral designa determinados trabalhos essenciais e limita a capacidade dos trabalhadores dessas indústrias de entrar em greve. Os serviços prestados pelos setores das

CABO VERDE

telecomunicações, justiça, meteorologia, saúde, bombeiros, correios, serviços funerários, serviços de água e saneamento, transporte, portos e aeroportos, segurança privada, e os setores bancário e de crédito são considerados indispensáveis. A lei estabelece que o governo pode obrigar o fim de uma greve quando houver uma emergência ou “para garantir o bom funcionamento de empresas ou serviços essenciais de interesse público”. A lei e os costumes permitem que os sindicatos realizem suas atividades sem interferência.

Durante o ano, a Polícia Nacional ameaçou fazer uma greve de seis dias em pleno verão relacionada a alegações de penas injustas contra agentes que protestaram contra as condições de trabalho em finais de 2017. A Polícia Nacional enquadra-se num setor com direitos limitados de greve, mas preparou uma defesa da sua decisão com antecedência, obtendo apoio de vários outros sindicatos. O governo negociou um acordo com o sindicato antes do início da greve.

O governo respeitou o direito dos trabalhadores à liberdade de associação e o direito à negociação coletiva e efetivamente aplicou as leis aplicáveis no setor formal. As organizações de trabalhadores eram independentes do governo e dos partidos políticos. As penas eram adequadas para impedir violações da liberdade de associação.

Os sindicatos de trabalhadores reclamaram que o governo restringia esporadicamente o direito de greve para certas categorias críticas de emprego. Outros observadores afirmaram que o governo cooperou com os sindicatos e não discriminou certas categorias de emprego. De acordo com a imprensa local, poucas empresas adotaram a negociação coletiva, mas a Organização Internacional do Trabalho (OIT) trabalhou com sindicatos locais e órgãos governamentais para fornecer orientações sobre como conduzir um diálogo entre as partes.

b. Proibição do Trabalho Forçado ou Compulsório

A lei proíbe todas as formas de trabalho forçado ou compulsório, inclusive por crianças, e o governo empregou efetivamente as leis aplicáveis no setor formal. De acordo com o relatório da

CABO VERDE

Inspecção-Geral do Trabalho (IGT) de 2017, a IGT realizou 770 inspeções em resposta a 920 pedidos de intervenção e não identificou quaisquer violações relacionadas ao trabalho forçado. O código laboral proíbe o trabalho forçado, e o código penal proíbe a escravidão, ambos estabelecendo penas para a condenação de seis a 12 anos de prisão, que de uma forma geral era suficientemente rigorosa para impedir violações.

No entanto, houve relatos que tais práticas ocorreram durante o ano. Migrantes da China, Guiné-Bissau, Senegal, Nigéria e Guiné podem receber baixos salários e trabalhar sem contratos, criando vulnerabilidades ao trabalho forçado no setor da construção. Houve casos de trabalho infantil no serviço doméstico e na agricultura familiar, tendo as crianças muitas vezes trabalhado longas horas em condições perigosas e, às vezes, sofrendo abuso físico e sexual, indicadores de trabalho forçado (consultar também a seção 7.c.).

Consulte também o *Relatório sobre o Tráfico de Pessoas* do Departamento de Estado em www.state.gov/j/tip/rls/tiprpt/.

c. Proibição do Trabalho Infantil e Idade Mínima para o Emprego

A Lista Nacional de Trabalho Perigoso para Crianças de 2016 expandiu, codificou e proibiu os tipos de trabalho em que as crianças não podem participar. A lei define as piores formas de trabalho infantil como trabalho de crianças menores de 15 anos, trabalho perigoso realizado por crianças entre 15 e 17 anos, ou ambos. A Assembléia Nacional ratificou a Convenção 138 da OIT em 2011, e a idade mínima legal para o trabalho é de 15 anos. O código laboral não permite que crianças de 15 a 18 anos trabalhem mais de 38 horas por semana ou mais de sete horas por dia. A constituição prevê que as crianças menores de idade só podem trabalhar em pequenas tarefas domésticas, em programas de aprendizagem ou formação profissional, ou para ajudar a sustentar a família. As crianças de 16 a 18 anos podem trabalhar uma hora extra em caso de emergência, mas não podem trabalhar mais do que duas horas extras por dia, e essas horas extras não podem exceder 30 horas por ano. A lei permite que as crianças realizem trabalho agrícola para a família,

CABO VERDE

desde que o trabalho não comprometa o desenvolvimento mental e físico da criança. Crianças menores de 15 anos são proibidas de realizar qualquer trabalho de rua.

Várias leis proibem o trabalho infantil e as penas impostas foram adequadas, mas a aplicação não foi consistente nem eficaz. Persistiram barreiras, muitas culturais, para a efetiva implementação dessas leis. Por exemplo, nem todos os cidadãos consideram como negativo crianças trabalharem para ajudar a sustentar suas famílias, principalmente em pequenas comunidades remotas, mesmo quando o trabalho por lei é considerado perigoso. O governo teve capacidade mínima para acompanhar e aplicar leis no setor informal, que, estima-se, representa 12 por cento da economia.

O ICCA, a DGT e a IGT trabalham em questões relativas ao trabalho infantil. O ICCA trabalha na promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes. A DGT cria políticas para o mercado de trabalho e elabora legislação laboral que prevê a promoção do diálogo social e a reconciliação entre os parceiros sociais. A IGT tem a responsabilidade de acompanhar e fazer cumprir as leis laborais e aplica as regras relativas às relações laborais. As agências afirmaram que os recursos de que dispunham eram insuficientes. Durante o ano, o governo (através das três agências) realizou atividades de formação para o pessoal local e campanhas de sensibilização para combater o trabalho infantil, particularmente em suas piores formas, e consultou empresas locais.

O primeiro inquérito do Instituto Nacional de Estatística sobre o trabalho infantil no país, realizado em 2012 e publicado em 2013, revelou que 7% das crianças estavam envolvidas nas piores formas de trabalho infantil. As piores formas de trabalho infantil eram mais comuns nas áreas rurais (91%) do que nas áreas urbanas (84%). A prevalência do trabalho infantil também foi maior nos rapazes (9%) do que nas raparigas (5%). As crianças se envolviam em trabalhos de rua, incluindo vendas de água e alimentos, lavagem de carros e pedir esmolas, e eram vulneráveis ao tráfico. O risco para as crianças dependia em grande parte de onde elas estavam localizadas, havendo consideravelmente mais trabalho infantil em algumas ilhas do que em outras. As piores formas de trabalho infantil incluíam trabalho de rua, serviço doméstico,

agricultura, pecuária, apanha e transporte de lixo e detritos humanos, e às vezes venda de drogas para adultos.

Consulte também as *Conclusões sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil* do Departamento do Trabalho em www.dol.gov/ilab/reports/child-labor/findings/.

d. Discriminação Relacionada ao Emprego e Ocupação

A lei laboral proíbe a discriminação no emprego e na ocupação com base em raça, cor, sexo, gênero, deficiência, idioma, orientação sexual, identidade de gênero, opinião política, origem étnica, idade, soropositividade ou ter outras doenças transmissíveis ou status social. Não houve casos de desafios à lei.

No entanto, ocorreu discriminação baseada no gênero no emprego e na ocupação (ver seção 6). As mulheres de uma forma geral tinham menor posição econômica e menos acesso a cargos de administração em organizações dos setores público e privado. As mulheres sentiram desigualdade na participação política e econômica. Por exemplo, ser uma dona de casa não é oficialmente reconhecido como emprego, e as estatísticas nacionais classificam os donas de casa como membros inativos da população ativa. Em alguns setores da economia formal, as mulheres recebiam menores salários do que os homens por trabalho igual.

O ICIEG lançou uma campanha para reconhecer o trabalho doméstico como trabalho e registrar trabalhadores domésticos – predominantemente mulheres – no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Muitos trabalhadores domésticos resistiram à formalização porque preferiam o pagamento em dinheiro em vez da capacidade de acessar os benefícios diferidos.

De acordo com o censo de 2010 realizado pelo Instituto Nacional de Estatística, mais de oito em cada 10 imigrantes eram ativos na economia local, com uma taxa de 91 por cento entre os africanos. Imigrantes africanos trabalhavam principalmente na venda a retalho, serviços e

CABO VERDE

construção. Os imigrantes geralmente tinham baixa escolaridade e qualificação profissional e pouca experiência de trabalho; conseqüentemente, os seus salários tendiam a ser menores. A maioria desses imigrantes não tinha um contrato legal com seus empregadores e, portanto, não gozavam de muitas proteções legais e muitas vezes trabalhavam em condições inaceitáveis. A carta da CEDEAO permite a mobilidade de trabalhadores para os cidadãos dos estados membros. O país foi criticado pelos seus vizinhos por falhar na implementação das suas responsabilidades da carta por não proteger os migrantes legais da CEDEAO.

e. Condições Aceitáveis de Trabalho

A lei estipula um salário mínimo mensal de 13.000 escudos (US \$ 140). O governo define o nível de rendimento da pobreza em 105 escudos (US \$ 1,12) por dia, fazendo com que o salário mínimo seja maior que a estimativa oficial do nível de rendimento da pobreza. A lei estipula um máximo de oito horas de trabalho por dia e 44 horas por semana. A lei exige períodos de descanso, cuja duração depende do setor de trabalho.

A 1 de maio, um cidadão senegalês protestou no Sal, alegando que ele e muitos outros trabalhadores migrantes da África Ocidental estavam empregados nos grandes resorts, mas não tinham folgas regulares. Ele protestou sozinho em frente aos escritórios de um grande operador turístico.

A lei estabelece padrões mínimos ocupacionais e de segurança e dá aos trabalhadores o direito de se recusarem a trabalhar se as condições de trabalho representarem sérios riscos à saúde ou à integridade física. Em setores específicos de alto risco, como a pesca ou a construção, o governo pode e frequentemente fornece, em consulta com os sindicatos e os empregadores, regras de segurança e saúde no trabalho. Em geral, cabe ao empregador proporcionar um local de trabalho seguro, saudável e higiênico. O empregador também deve desenvolver um programa de formação para os trabalhadores. A CNDHC observou que as empresas de uma forma geral optam

CABO VERDE

por seguir essas regras e que o governo não tem recursos suficientes através da IGT para aplicá-las.

A DGT e a IGT são responsáveis pela implementação da legislação laboral. Certos benefícios do setor formal, como contas da previdência social para trabalhadores informais, foram aplicados no setor informal, embora nenhuma pena por violações que incluísse multas ou prisão tenha sido imposta durante o ano. O setor informal permaneceu em grande parte desregulado pelos atores oficiais do governo. O governo encetou esforços para reduzir acidentes e doenças no trabalho, realizando mais inspeções e campanhas de sensibilização para promover uma cultura de prevenção e segurança laboral. Seis técnicos trabalharam para a DGT e 15 trabalharam para a IGT abrangendo três ilhas (Santiago, São Vicente e Sal). A IGT lançou uma campanha de contratação para recrutar mais cinco inspetores da IGT durante o ano. Ambas as agências concordaram com os sindicatos que os números eram inadequados havendo ainda a necessidade de uma maior aplicação das normas laborais, principalmente nas ilhas mais escassamente povoadas, onde o acompanhamento é mais difícil. Embora as empresas tendessem a respeitar as leis concernentes ao horário de trabalho, muitos funcionários, tais como trabalhadores domésticos, profissionais de saúde, agricultores, pescadores e trabalhadores comerciais, geralmente trabalharam por períodos mais longos do que a lei permite. As penas por violações laborais dependem do número de trabalhadores empregados; a multa mínima é de 10.000 escudos (US \$ 107), podendo aumentar para 180.000 escudos (US \$ 1.935).

De acordo com o relatório da IGT de 2017, a maioria das irregularidades detectadas durante as inspeções de trabalho estavam relacionadas à não inscrição no INPS, à não inscrição no seguro obrigatório para acidentes no trabalho e algumas irregularidades no cumprimento dos padrões de saúde e segurança. As inspeções revelaram que as violações de trabalho mais comuns diziam respeito ao direito a férias e o direito a períodos de descanso entre os períodos de trabalho. O relatório indicou que a IGT realizou 770 inspeções incluindo inspeções sem aviso prévio tendo os inspetores respondido a 723 pedidos de intervenção e realizado 414 visitas de inspeção de janeiro a setembro.

CABO VERDE

Embora não houvesse estudos oficiais disponíveis, algumas fontes especularam que os trabalhadores migrantes estrangeiros estariam mais propensos a serem explorados do que os outros. Entre 17.000 e 22.000 imigrantes, a maioria dos países da CEDEAO, estiveram a trabalhar no país. Geralmente os imigrantes trabalhavam na construção civil, serviços de segurança, hotelaria e turismo. Era comum as empresas não honrarem os direitos dos trabalhadores migrantes em relação aos contratos, especialmente no que se refere às deduções para a previdência social.

A maioria dos casos de acidentes relacionados ao trabalho durante o ano ocorreu nos setores de restauração e serviços de alimentação, indústria metalúrgica e construção. Em setembro, um trabalhador com anos de experiência na fábrica de transformação de pescado, a Frescomar, caiu em uma máquina de congelamento e sofreu ferimentos graves numa das suas pernas. O mesmo foi encaminhado ao hospital onde recebeu tratamento adequado. Tanto a IGT como o empregador realizaram inspeções e investigações do ocorrido.